



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 107/2021

Belo Horizonte, 24 de junho de 2021.

#### PARECER ÚNICO

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Vale do Pontal Açúcar e Etanol LTDA	CPF/CNPJ: 08.057.019/0001-86
Endereço: Estrada Antonio Cabrera Mano	Bairro: Zona Rural
Município: Limeira do Oeste	UF: MG
Telefone: (34)3336-7383	E-mail: safra@ambientalsafra.com.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( ) Sim, ir para item 3 ( x ) Não, ir para item 2

##### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: SANDRA MARY FERREIRA MOURA	CPF/CNPJ: 460.692.756-91
Endereço: RUA DR. LUIZ LATERZA, nº 744	Bairro: INDEPENDÊNCIA
Município: ITUIUTABA	UF: MG
Telefone: (34)3336-7383	E-mail: safra@ambientalsafra.com.br

##### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA BARRA DO SÃO DOMINGOS	Área Total (ha): 425,4380
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 18.376	Município/UF: Santa Vitória - MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-ABDAD4A3645A4C459BBC0909A2442153	

##### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA	0,1	HA

##### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
	0,0	HA		

##### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
AGRICULTURA	CAPTAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	

##### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)

##### 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade

##### 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 07/06/2021

Data da vistoria:11/06/2021

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico:24/06/2021

## 2.OBJETIVO

*CAPTAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS*

## 3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-ABDAD4A3645A4C459BBC0909A2442153

- Área total: 425,4380ha

- Área de reserva legal: 27,7565 ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 1,7481 ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 393,3503

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

( X ) A área está preservada: 27,7565 ha DENTRO DA PROPRIEDADE

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV.01 – 18.376 - RESERVA FLORESTAL – a área de 89,9902 hectares, correspondente aos 20% da reserva legal do imóvel objeto da presente matrícula, não inferior a 20% do total da propriedade, destes, 27,7002 hectares encontram-se dentro do perímetro da matrícula e 62,29 hectares compensados na modalidade de desoneração.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( X ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 4 FRAGMENTOS DENTRO DA PROPRIEDADE

- Parecer sobre o CAR:

*“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria.*

## 4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

*ESTÁ SENDO REQUERIDO UMA INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 0,1HA. Vimos que o local requerido encontra-se abaixo da cota de desapropriação. Esse processo será cancelado para que possam montar um processo especial com as devidas anuências da CESP.*

Taxa de Expediente: 607,38 REAIS

### 5.1 Das eventuais restrições ambientais:

*[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por*

*exemplo:]*

- Vulnerabilidade natural: BAIXA
- Prioridade para conservação da flora: BAIXA
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: NAO EXISTE
- Unidade de conservação: NAO EXISTE
- Áreas indígenas ou quilombolas:
- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

## **5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: AGRICULTURA
- Atividades licenciadas: G01-03-1 CULTURAS ANUAIS
- Classe do empreendimento: 2
- Critério locacional: 1
- Modalidade de licenciamento: LAS RAS
- Número do documento: 655767/2019

## **5.3 Vistoria realizada:**

*A VISTORIA FOI REALIZADA EM 11/06/2021, ACOMPANHADO DO SERVIDOR MAURO MOREIRA DE QUEIROZ.*

*VIMOS QUE ESTÁ SENDO REQUERIDO UMA INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 0,1HA. Vimos que o local requerido encontra-se abaixo da cota de desapropriação. Esse processo será cancelado para que possam montar um processo especial com as devidas anuências da CESP.*

### **5.3.1 Características físicas:**

- Topografia: PLANA
- Solo: LATOSSOLO VERMELHO DISTRÓFICO
- Hidrografia: PERTENCE A BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARANAÍBA

### **5.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: VEGETAÇÃO INSERIDA DENTRO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA. LOCALIZADA ABAIXO DA COTA DE DESAPROPRIAÇÃO, COM PRESENÇA DE INDIVÍDUOS ARBOREOS ISOLADOS.
- Fauna: ANIMAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE. DURANTE A VISTORIA NÃO VIMOS ANIMAIS.

## **5.4 Alternativa técnica e locacional:**

## **6. ANÁLISE TÉCNICA**

*ESSA INTERVENÇÃO NÃO SERÁ PASSÍVEL DE AUTORIZAÇÃO. POIS NÃO ESTÁ DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR LEI 20.922/13. ESTÁ SENDO REQUERIDO UMA INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 0,1HA. Vimos que o local requerido encontra-se abaixo da cota de desapropriação. Esse processo será cancelado para que possam montar um processo especial com as devidas anuências da CESP.*

## **6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Medidas mitigadoras:

## 7.CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora **Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda** conforme consta nos autos, para a intervenção sem supressão de vegetação nativa em 0,1ha, na Fazenda Barra do São Domingos localizada no Distrito de Chaveslândia, município de Santa Vitória/MG, conforme matrícula nº. 18.376 do CRI da Comarca de Santa Vitória/MG.

2 – A propriedade objeto da intervenção possui área de 425,4380ha conforme informado na planta topográfica e no CAR. A reserva legal encontra-se averbada na matrícula do imóvel e informada no CAR.

3 – A intervenção requerida tem por finalidade a passagem de tubulação em APP para promover a irrigação de culturas, conforme informado no projeto técnico (documento SEI 29502405). **Ressalta-se que, as autorizações para intervenções em área de preservação permanente passíveis de regularização do uso de recursos hídricos, somente produzirão efeito após sua obtenção.**

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento são culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 são passíveis de licenciamento ambiental simplificado na modalidade LAS RAS, conforme cópia do certifica anexada ao processo.

5 - O processo foi instruído com a documentação a seguinte documentação para análise: PUP simplificado, licença ambiental, matrícula do imóvel, CAR, e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico e observando-se as premissas legais vigentes, o requerimento de intervenção ambiental não é passível de autorização, uma vez que conforme constatado em vistoria, trata-se de intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, a ser realizada abaixo da cota de desapropriação. Desta forma, a empreendedora será orientada a formalizar novo processo de intervenção contendo toda a documentação necessária para análise, dentre elas, a manifestação/anuência da concessionária de energia, pois a intervenção será realizada em área de domínio da mesma;

7 - Diante da obrigatoriedade de se obter a DAIA, conforme preceito normativo do Decreto Estadual nº. 47.749/2019 em seu art. 3º, entende-se por intervenção ambiental: a) supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; **b) intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;** c) supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas; d) manejo sustentável; e) destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa; f) corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas; g) aproveitamento de material lenhoso.

8 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

9 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013, Decreto Estadual 47.749/19 e a DN 236/19. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

### III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando as informações prestadas no parecer técnico acostados aos autos, e em observância da legislação vigente, este Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina pelo indeferimento da autorização para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,1 hectares.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 8.CONCLUSÃO

“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO (INTEGRAL)** do requerimento de INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,1HA. CONFORME MENCIONADO NO CAMPO 6.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO SE APLICA

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

NÃO SE APLICA

11.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1		
2		
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JR  
MASP: 1080604-6  
Nome: MAURO MOREIRA DE QUEIROZ

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Dayane Aparecida Pereira de Paula  
MASP: 1217642-6



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidora**, em 28/06/2021, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Gerente**, em 29/06/2021, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31316432** e o código CRC **25C52A4D**.